

LUNA, Francisco Luna. A Política de Desenvolvimento e a Dívida Social. *Economia em Perspectiva*. São Paulo, no. 25, Conselho Regional de Economia, junho/1986, p. 2-3.

A Política de Desenvolvimento e a Dívida Social

Francisco Vidal Luna

A articulação entre crescimento econômico e desenvolvimento social está longe de ser espontânea, especialmente no caso brasileiro. O País vive hoje uma situação paradoxal: de um lado, uma economia que se encontra, em muitos aspectos, próxima à dos países desenvolvidos; de outro, mantém estrutura social injusta, que submete parcela ponderável da população a condições de vida lastimáveis, comparáveis às das nações mais pobres do mundo. Esse quadro, agravado pela recessão ocorrida entre 1981 e 1984, resultou em diminuição das oportunidades de emprego e queda dos salários reais dos trabalhadores.

A Nova República instalou-se em período marcado pela crise econômica e por carências sociais profundas de naturezas diversas. Dados relativos a 1984 indicam que cerca de 38% das famílias brasileiras auferiam rendimentos inferiores a dois salários mínimos, encontrando-se na faixa de pobreza absoluta. Essa população acha-se concentrada no Nordeste, nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades, enfrentando sérias dificuldades quanto ao acesso aos serviços de saneamento, água potável, esgoto e habitação, saúde e educação. Apresentam carências nutricionais que, associadas à falta de serviços sociais básicos, traduzem-se em índices inaceitáveis de mortalidade infantil e esperança de vida diminuída.

Esse quadro de desigualdade e pobreza configura a dívida social que a Nova República se propõe a resgatar.

A economia e a sociedade deste País contam com recursos e capacidade técnica suficiente para oferecer padrões dignos de alimentação, saúde, educação e habitação a todos os brasileiros. No entanto, é necessário prover os meios de acesso universal e equânime aos benefícios do progresso e à realização plena dos direitos da cidadania. Esse é o objetivo básico da política social da Nova República.

Enquanto as mudanças propostas na estrutura econômica e no funcionamento do mercado de trabalho não se fazem plenas, medidas emergenciais estão concretizando-se para atendimento aos segmentos mais carentes da sociedade.

O combate à pobreza e à desigualdade social exigem esforços constantes no sentido de garantir que aqueles necessitados passem a apropriar-se, em escala crescente, dos frutos do desenvolvimento econômico. Para tanto, impõem-se uma série de ações continuadas, relacionadas principalmente à política de criação de novas oportunidades de emprego, às políticas salarial e tributária e à melhoria dos padrões de eficiência dos órgãos públicos.

O aumento dos salários reais e a expansão do emprego e de novas oportunidades econômicas são base do esforço de superação da pobreza. Para tanto, é preciso que o crescimento, iniciado em 1985, continue de modo a propiciar a criação de, pelo menos,

1,4 milhão de novos empregos a cada ano, de forma a absorver os novos contingentes que anualmente procuram inserção no mercado de trabalho.

A opção pelo crescimento juntamente com o combate à inflação e à pobreza formam a essência da política econômico-social do governo.

Não é possível resolver os problemas de uma sociedade como a nossa sem promover mudanças estruturais que possibilitem elevações nos níveis de rendimento das famílias necessitadas. Todavia, essas mudanças não são suficientes, nem seus efeitos se fazem sentir no curto prazo. A eliminação dos grandes bolsões de pobreza, cuja situação foi agravada pela crise dos últimos anos, requer medidas de impacto direto.

Por essas razões, criou-se o Programa de Prioridades Sociais que tem por meta o atendimento direto às necessidades básicas da população de baixa renda, atuando nas áreas de alimentação e abastecimento, saúde, educação, saneamento básico, habitação, segurança pública e apoio a pequenos empreendimentos que possibilitam emprego e renda aos segmentos mais pobres da sociedade.

Existem serviços básicos cuja universalização é imperativa por representarem direito inalienável de todos. Isso é ainda mais urgente quando diz respeito às gerações mais jovens. Garantir, de forma universal e irrestrita, níveis adequados de atendimento em nutrição, saúde e educação a todas as pessoas até 14 anos é compromisso deste governo.

Cabe, no entanto, ressaltar que o governo deve buscar atender às necessidades dos mais pobres com grande cuidado no uso dos recursos que lhe foram confiados. Neste momento de dificuldades econômicas e restauração da parcimônia no trato com as coisas públicas, é preciso pensar não só nas necessidades mas nas formas mais eficazes de atendê-las. Essa preocupação simultânea deverá orientar as ações do governo.

Com o objetivo de resgatar parte dessa dívida social, no curto prazo, o governo atua na área de alimentação com a expansão dos serviços do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) e o Programa Nacional do Leite para Crianças.

Na área de saúde, é prioridade o controle de doenças transmissíveis e a expansão dos serviços básicos de saúde e saneamento, principalmente nas periferias urbanas e zonas rurais. Na área de educação, o programa Educação para Todos objetiva democratizar o acesso à educação básica e, em habitação e infra-estrutura urbana, estão previstos vários programas que vinham diretamente à população pobre.

Para o ano de 1986, estão alocados cerca de 53 bilhões de cruzados. Apesar da representatividade dessa importância, em termos do orçamento da União, temos consciência de que na área social não basta destinar recursos, pois, de modo geral, a gestão de tais programas é complexa e requer acompanhamento sistemático e, eventualmente, a modernização dos órgãos responsáveis por tais programas. Essa é uma preocupação permanente do governo federal.